

A África no ordenamento internacional do século XXI: uma interpretação brasileira

José Flávio Sombra Saraiva*

Resumo. No artigo, se propõem novos conceitos acerca do lugar da África na ordem internacional que se desenha no início do século XXI. O avanço gradual dos processos de democratização dos Estados nacionais, a performance econômica satisfatória associados ao crescimento econômico generalizado no continente, bem como certa elevação de confiança política das elites, vêm contribuindo para o fortalecimento da capacidade decisória dos governantes no seio das opções disponíveis no sistema internacional que se desenha. O caso de Moçambique é utilizado para justificar o argumento central do artigo.

Palavras-chave: África. Ordem Internacional. Moçambique.

O objetivo do presente artigo é o de suscitar novos conceitos acerca do lugar da África na ordem internacional que se desenha no início do século XXI.¹ Merecerão destaque as atuais formas de inserção internacional dos seus Estados nacionais, criadas de dentro para fora das soberanias africanas, bem como o envolvimento crescente de antigos e novos atores globais que participam, de forma interessada e crescente, na gestação do futuro daquele continente.²

A hipótese aqui examinada é a de que o continente africano assiste a uma transição positiva para um novo patamar de inserção

* Universidade de Brasília.

internacional no início do novo século. Três conceitos centrais alimentam o exame dessa hipótese: a) o avanço gradual dos processos de democratização dos regimes políticos e a contenção dos conflitos armados; b) o crescimento econômico associado a performances macroeconômicas satisfatórias e alicerçadas na responsabilidade fiscal e na preocupação social; e c) a elevação da auto-confiança das elites por meio de novas formas de renascimentos culturais e políticos.

Os argumentos centrais estão organizados em torno de quatro unidades. Na primeira, apresentam-se argumentos que comprovam a elevação do *status* na África no mundo e o paradoxo da baixa apreciação, no Brasil, do novo lugar da África na sociedade internacional. Em segundo lugar, abordam-se alguns dos desafios das cinco décadas da formação dos Estados independentes da África. Em terceiro lugar, trata-se de algumas visões depreciativas e positivas disponíveis na literatura universal acerca do papel da África no sistema internacional contemporâneo, bem como os movimentos estratégicos de grandes Estados globais no coração do continente nos dias atuais. Em quarto, avalia-se, no contexto dos países de língua portuguesa na África, a elevação gradual de status de Moçambique, caso emblemático da elevação da autonomia decisória na ordem internacional em construção no início do século XXI. À guisa de conclusão, avaliam-se iniciativas de soberania política na África que não são tributárias de criações políticas e econômicas de fora para dentro.

A África na ordem internacional do início do século XXI: conceitos enviesados e necessidade de construção de novos parâmetros de análise

A ordem internacional que se desenha no século XXI faz do mosaico africano uma necessidade umbilical da sua configuração. Há uma fronteira mundial cuja linha demarcatória está no triângulo africano de mais de trinta milhões de quilômetros quadrados.

A África subsaariana, ou África Negra, considerada a região mais pobre do mundo, cresce entre 5 e 6%, ao ano desde 2003.³ Adaptações macroeconômicas à globalização moveram as economias de todo o continente para equilíbrios na área da gestão dos negócios dos Estados. Alvissareiras são as inflações médias, contidas na faixa de 6%, desde 2003, e as exportações que avançam, em 2006 e 2007, na proporção de 43 a 45% do PIB. Reformas econômicas liberalizantes e redução de vulnerabilidades externas geradas por saldos exportadores e crescente atração de investimentos externos diretos são fatos, entre outros, celebrados como de sinalização de sustentabilidade econômica pelos africanos que ainda surpreendem os elaboradores dos relatórios das agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.⁴

Há razões para otimismo em todas as regiões da África. O ambiente anima a confiança dos mercados. Na média da África negra, os investimentos internos equivalem a 19,4% do PIB, percentual muito próximo do Brasil, embora considerado baixo para a sustentabilidade do crescimento econômico. O vetor da elevação do crescimento interno é visível desde 2002 e tende a crescer nos próximos anos, mesmo ante a crise financeira que se desenha no contexto do capitalismo norte-americano. A África vem sendo escolhida como parte das prioridades para novas áreas e para carteiras de empréstimos do Banco Mundial.

Há preocupações, no entanto, no campo social, que variam de país a país, por meio de políticas de construção de metas de redução da pobreza. Há também a atenção dos setores financeiros em alguns países africanos com a eventualidade de um novo ciclo de endividamento interno advindo principalmente das políticas financeiras engendradas pela política chinesa na África, que tem interesse estratégico no continente para compra de petróleo, *commodities* agrícolas e exploração de recursos minerais.

Mas há, sobretudo, o sentimento de que, nos últimos sete anos, justamente, os primeiros do novo século, a África vem superando o drama histórico das guerras intestinas e internacionais.⁵ O número

de países africanos com conflitos armados internos caiu de 13 para 5 nos últimos seis anos, apesar da dramaticidade do caso do Darfur.⁶ Os conflitos foram a mais importante causa imediata da pobreza no continente. A redução dramática dos mesmos faz pensar que os recursos, quase da ordem de US\$ 300 bilhões queimados nos conflitos entre 1990 e 2005, podem, agora, ser dirigidos às políticas de redução da pobreza e da miséria.⁷

Há, ao mesmo tempo, uma onda democratizante dos regimes políticos em várias partes da África. Mesmo os critérios duvidosos da construção de variáveis para a taxonomia de democracia no mundo, propostos pela Freedom House, demonstram esse avanço incontestado. Um processo tardio, mas relevante, de consolidação de instituições e de governos na África, com bases menos autocráticas e com algum apelo às noções da democracia, é fato relevante para a elevação da confiança internacional.⁸

No Brasil, a reflexão acerca dos desafios africanos é modesta e tardia. A interpretação dominante acerca do futuro do continente é plasmada por olhares enviesados que se repetem com regularidade gritante. Meios de comunicação insistem em apresentar uma África indolente e ditatorial, em que o Brasil quase nada tem a fazer.⁹ Empresários e empresas nacionais, mesmo acumulando ganhos comerciais no momento, ainda duvidam das possibilidades do agir em terreno africano de forma mais duradoura, a impulsionar a logística que a África requer e que o Brasil pode bem aproveitar.¹⁰ As escolas continuam afônicas de histórias da África.¹¹ As tragédias e os genocídios ganham a cor espetacular das telas televisivas, enquanto as experiências de estabilização e de crescimento econômico, assim como as iniciativas políticas de redução da pobreza e das doenças endêmicas na África são silenciadas.

Quando aparece a África no Brasil, chega enviesada e embalada por caleidoscópio de discursos intermediários que apenas envergam a vara para a percepção da África envolta nas questões de discriminação racial e dos preconceitos domésticos brasileiros.

O prisma que vincula a redução da reflexão da África contemporânea à dimensão da afro-brasilidade é interessante, pois permite comunicar as Áfricas que existem dentro do Brasil com a diáspora e os africanos do outro lado do Atlântico Sul, porém é ângulo incompleto ao esforço de entendimento dos grandes desafios da inserção africana na ordem internacional do século XXI.

O insuficiente acompanhamento dos debates africanos contemporâneos no Brasil conjuga-se à ausência de significativos centros estratégicos voltados para o acompanhamento da nova corrida para a África. Daí a preocupação legítima de setores responsáveis no governo e na sociedade: há ainda um reumatismo crônico como força impeditiva do avançar o país na velocidade dos demais corredores na direção do continente africano. Sem conhecimento estratégico, não há tática que permita avançar de forma duradoura e consistente um programa de ação do Brasil na África nas próximas décadas.

Em síntese, a percepção da inteligência africana acerca do seu próprio futuro é matéria oculta, água turva no seio do conhecimento brasileiro hegemônico disseminado em universidades, empresas, agências de governo e meios de comunicação, senão mesmo nas veias da ação pragmática do Brasil para a África. A baixa apreciação da África por parte da mídia e de agentes sociais e econômicos brasileiros, no entanto, não corresponde à ação e à apreciação do Executivo, mais elevadas. Essa é uma área correta do governo Lula, que evoluiu nessa matéria em relação às dificuldades do governo Cardoso.¹²

Cinco décadas de independência africana e desafios dos Estados novos: renascença e nova partilha internacional

A África caminha mais célere e autoconfiante nos dias que nos cercam do que o que se colhe nas manchetes dos jornais. Caminhará o continente, ao longo dos próximos anos, nas trilhas do cinquentenário da sua liberdade política. São Estados novos, ainda

infantes, quando comparados com as velhas democracias européias ou com os Estados latino-americanos de 200 anos. Em todo caso, o ano de 2007 trouxe valor simbólico: é o meio século da independência da Costa do Ouro (Gana de hoje), a primeira da África Negra, liderada por N’Krumah em 1957. O ano de 2008 inaugura uma sequência de atos e de reflexões acerca do lugar da África no mundo, fora e dentro do continente. As mensagens são de algum otimismo cauteloso.

Iniciativas políticas e culturais convocam a comunidade internacional para o compartilhar do renascimento africano, embora não mais aquele das nascentes independências em fins dos anos 1950 e início da década de 1960, povoada por rancores anticoloniais, romantismos revolucionários e jargões de libertadores ingênuos. Nem é o renascimento pós-*apartheid* apenas, alardeado pelo governo de Pretória, embora seu próprio renascimento nacional esteja na moldura mais ampla do que aqui chama-se de renascimento africano. Também não se está falando do renascimento político dos anos 1960 e 1970, que já ficou para trás nos debates recorrentes das elites africanas entre as idéias de Senghor e de Cabral.¹³

A África não quer remoer o passado a cata de culpados. Quer caminhar para frente. O renascimento do início do século XXI é mais altruísta, evidencia uma outra forma de renascer, mais eficaz que a anterior, mais pragmática, a fazer referência a outras formas obliteradas de africanidade pelos discursos políticos engendrados pelas ideologias da Guerra Fria e do nacionalismo teórico e político da primeira geração das independências. Há um outro renascimento, novos consensos, com outras referências culturais, políticas e sociais, com resultantes a serem alcançadas no mundo que vem aí.

Ícones da profundidade de campo histórico da África (para utilizar as imagens de Abdel Malek¹⁴ e C. A. Diop) vêm sendo trazidos para a discussão do futuro do continente. É este, a título de exemplo, o caso de Tombuctu, cidade antiquíssima nas margens do Níger, que se revitaliza nos dias de hoje não como memória do classicismo africano, mas como lugar do presente da cultura africana e da imaginação de um devir político soberano e altruísta do

continente.¹⁵ A outra é o renascimento que bebe da historiografia de Heinrich Barth, revista na obra recente de Mamadou Diawarq, Paulo Fernando de Moraes Farias e Gerd Spittler.¹⁶ Ou mesmo da recuperação das obras de Ibn Haldun ou, alguns séculos depois, de Edward Blyden.

Animados por um conjunto de atividades acadêmicas, políticas e culturais, os africanos relembram, em várias partes do continente, o *soleil des indépendances*, mas em especial passam em revista os descaminhos de várias experiências de importação de modelos, como as reformas estruturais conduzidas pela “genialidade liberal”, os planos de reestruturação conduzidos pelos economistas do Ocidente ou mesmo a cópia em papel carbono do socialismo real e do modelo do partido único de matriz stalinista. Passarão em revista os 53 Estados nacionais da África, de forma crítica, nos próximos anos, a evolução mais recente das cinco décadas de autonomia jurídica, ainda que na política apenas de forma relativa, pois necessitam preparar suas casas para uma inserção mais alta-neira na ordem internacional do século XXI.¹⁷

O renascimento africano coloca aquele continente na berlinda da cena internacional contemporânea. Afinal, está-se a falar de quase um quarto da superfície do planeta (22,5% das terras do globo), com 30 milhões de quilômetros quadrados, com 10% da população do mundo, mas que deverá dobrar até 2050.¹⁸

Senhora de recursos minerais globais, a África é fonte de cobiça por ter cerca de 66% do diamante do mundo, 58% do ouro, 45% do cobalto, 17% do manganês, 15% da bauxita, 15% do zinco e de 10 a 15% do petróleo. São aproximadamente 30 os recursos minerais do mundo que a África guarda em seu subsolo. Mas só participa de 2% do comércio mundial e possui apenas 1% da produção industrial global. Há, portanto, um enorme desafio de elevação desses itens.

Em outras palavras: cultura, poder e economia começam a caminhar juntos e de forma mais organizada para os africanos que estão na África do século XXI, mais do que para aqueles outros que, em nome de uma África onde jamais pisaram ou estudaram, querem

guardar, fora da África, nos seus países, uma África imaginária ou politizada por razões de demandas internas e sociais de ascenso social. A África não se interessa tanto por isso. Os africanos não querem que seu continente do século XXI seja lido como fonte da imaginação política dos outros, mesmo de seus descendentes nas Américas, apenas como um lugar sagrado do passado, de dívidas históricas espalhadas por todo o mundo e do diálogo global dos afrodescendentes informado da noção da diáspora. Embora tais temas sejam relevantes, não são as prioridades do momento vivido pelas sociedades africanas no novo século.

Em meados da primeira década do novo século, as amarras da velha colonização cedem lugar às iniciativas das lideranças africanas. Há uma percepção que se generaliza de crescente responsabilidade das elites domésticas com o encaminhar do futuro. O discurso da vitimização da história continental é substituído por raciocínios mais pragmáticos. A idéia do aproveitamento de oportunidades inéditas abertas pela quadra histórica da primeira década do século XXI permeia o novo discurso interno da inteligência africana.

Por outro lado, seria inocência intelectual e irresponsabilidade política imaginar que o destino africano pertence, de forma exclusiva, à esfera da autonomia decisória de seus líderes nacionais. Há um novo mapa africano, não aquele desenhado pelos colonizadores de antes, mas não menos inquietante perante a força incontestável de seus desenhistas. Desfilam em Abuja, Adis Abeba, Lagos, Luanda, Cartum, Pretória, Cairo ou Maputo autoridades chinesas, norte-americanas, brasileiras, agentes de empresas multinacionais e de organizações não-governamentais.

Atores internacionais de toda ordem, cada vez menos as organizações não-governamentais humanitárias dos países ricos e cada vez mais atores econômicos e estratégicos globais, querem dividir, com os africanos, balanços e projeções que já se preparam, no seio dos institutos africanos e mundiais, acerca da última fronteira territorial da internacionalização econômica do capitalismo.¹⁹

Há, portanto, uma relação biunívoca, mas também dialética, entre o interno e o externo. Se por um lado é desejável que a África supere o drama histórico do colonialismo e do atraso (lugar do discurso do renascimento africano das primeiras décadas das independências), há, por outro, a preocupação de que novos arranjos entre as elites locais e internacionais não tragam a autonomia decisória nem o desenvolvimento sustentável ao continente (lócus do discurso do novo renascimento africano).²⁰ É do nigeriano Claude Ake, em seu ensaio *Democracy and Development in Africa* a seguinte preocupação: “The problem is not so much that development has failed, as that it was never really on the agenda in the first place.”²¹

Há o temor, por trás da internacionalização crescente do continente africano, de que o “caráter exógeno” do Estado africano pós-colonial, como gosta de definir Carlos Lopes,²² o sociólogo onusiano nascido na África de língua portuguesa - se perpetue com novas máscaras. A preocupação legítima do ilustre africano vai ao ponto focal: como diminuir a distância mental e real, produzida pelos próprios governantes de grande parte dos Estados africanos modernos, entre os abismos sociais e políticos que separam ricos de pobres, elite de povo, na África das próximas décadas do século XXI?

Notam-se, desde já, até mesmo reações de agentes econômicos, políticos e intelectuais africanos contra a lógica de sua reinternacionalização, sob o manto de uma nova partilha africana, um novo Congresso de Berlim em curso, mantendo as formas de dominação e de estratificação social e de concentração de poder dos Estados pós-coloniais na África. Esse sobressalto veio à tona recentemente, por meio de várias vozes importantes da inteligência africana como o filósofo senegalês Yoro Fall. Também chamou a atenção Ali Mazrui, um dos mais prestigiados politólogos africanos contemporâneos, que a África está em busca de sua própria Doutrina Monroe, da África para os africanos.²³

Para Mazrui, até os conflitos armados internos ou que envolvem relações internacionais na África não podem ser resolvidos por soluções puramente exógenas, necessitam de soluções domésticas e

dirigidas por novo consenso entre povo e elites locais. Provoca abertamente o velho mestre da arte política africana: “The pursuit of Africa’s peace by African themselves, however, is not just an extension of international peacekeeping, but rather is a process of *Pax Africana*.”²⁴

A África entre teleologia, deontologia e escatologia. A saída para um lugar alvissareiro no seio da ordem internacional do século XXI

A África é uma das regiões do mundo que, historicamente, mais esteve próxima às tentações de interpretações apaixonadas acerca das relações entre passado e futuro. Escrutinada sob as ópticas da teleologia, da deontologia e da escatologia, às vezes simultaneamente, a África segue sendo um lugar para o teste da razão crítica contra o monumento de preconceitos que foi erigido pela fraca ciência e pela opinião desinformada.

O nível teleológico de análise, ao animar a avaliação das ações por meio de suas conseqüências, condenou o agir da África a um eterno desterro e o passado africano à mera preparação da obra civilizatória inconclusa do Ocidente. A conseqüência dessa lógica no seio da historiografia e da sociologia nacionalista africana foi óbvia: todos os males de hoje adviriam, então, de um pecado original, o do colonialismo e suas conseqüências. É esse o raciocínio que amarra a reconstrução do passado a um presente infértil, plasmado por “afro-pessimismo” que vigorou até pouco e que ainda persegue mentes cultas e especializadas nos assuntos africanos em vários centros de estudos estratégicos no mundo, mesmo no Brasil de poucos estudos.

O nível deontológico, ao julgar ações conforme regras formais em função da distinção entre o bem e o mal, encapsulou a África no plano do mal, reduzindo-a à incapacidade histórica das elites e do povo de constituir lá sociedades burguesas civilizadas e

integradas aos fluxos da economia política global. Há uma velha marcha hegeliana, amplamente cantada pela literatura especializada, que empurrou a África para o campo dos povos sem história, de um “passado inenarrável”, o qual Farias recentemente reviu.²⁵ A maldição da África, para os céticos, seria a impossibilidade de narrar o passado e, portanto, construir o futuro, reduzindo-a à eterna infância. Até o Dr. Watson, prêmio Nobel de medicina do início dos anos 1960 com o tema do DNA, em pleno início século XXI, na terceira semana do mês de outubro de 2007, acaba de pronunciar, para depois desdizer, que “Africans are not so intelligent such as Westerns”.²⁶

A sucessão de ilogicidades, de ausência de razão crítica, herdeiras elas do discurso hegeliano, empurrou bastante a ciência e a opinião pública, nas últimas décadas, ao discurso da inviabilidade da África. É o plano escatológico, plasmado por imagens, por autores e por meios da corrente afro-pessimista dos anos 1990. Teses vêm sendo utilizadas nessas bases esquemáticas e em várias partes do mundo, na lógica da “marginalidade” africana e de sua desimportância para o quadro geral da ação externa dos Estados e das relações internacionais do século XXI.

Ledo engano. A África jamais foi marginal, nem no passado nem no presente. O conceito da marginalidade africana é insustentável, teórica e empiricamente. Não são apenas os africanos que se insurgem contra essa escatologia, mas a massa de literatura atualizada acerca dos desafios africanos no xadrez da política internacional. É Jean-François Bayart, como também depois Ian Taylor e Paul Williams, no importantíssimo livro intitulado *Africa in International Politics: External Involvement on the Continent*,²⁷ quem abre a crítica à escatologia anti-africana nos temas da política internacional para o início do século XXI: “More than ever, the discourse on Africa’s marginality is a nonsense discourse.”²⁸

O mundo está atento à África como sempre estiveram as grandes potências e as ex-metrópoles. O peso da África na Guerra Fria não se circunscreveu a ser margem do sistema internacional. São os dois autores anteriores que lembram:

Africa has never existed apart from world politics but has been unavoidably entangled in the ebb and flow of events and changing configurations of power. [...] In practice, Africa cannot enjoy 'a relationship' with world politics because Africa is in no sense extraneous to the world. The continent has in fact been dialectically linked, both shaping and being shaped by international processes and structures.²⁹

O mundo está, portanto, acompanhando com a máxima atenção a reinserção africana na política internacional. *Records e outlooks* vêm sendo lançados com profecias otimistas acerca das escolhas políticas e do novo perfil de desenvolvimento social que a África requer. Vê-se essa tendência desde as avaliações produzidas pelos *Royal African Society*, do Reino Unido.³⁰

O mais recente desses documentos é o interessantíssimo trabalho, com fins estratégicos, organizado pelos colegas professores Samantha Power (da Universidade de Harvard) e Anthony Lake (da *Georgetown University*), em fins de 2006, ladeando o ex-secretário de Estado assistente para África dos Estados Unidos, Chester Crocker. Lançado em 2007, pelo afamado *Council of Foreign Relations*, dos Estados Unidos, nota-se perfeitamente a retomada da prioridade africana na política externa norte-americana.³¹

More than Humanitarianism, o título da estratégia norte-americana fala por si, ao lançar as bases conceituais para a ação dos norte-americanos para a África nas próximas décadas. Pragmatismo mais do que humanitarismo, disputa por recursos minerais, ampliação da diversificação no campo da energia, cooperação com os governos democráticos e ocupação de espaços na luta contra o terrorismo são as linhas gerais de trabalho para os próximos 20 anos dos Estados Unidos na África. Querem disputar a partilha com as ex-metrópoles, particularmente Inglaterra e França, mas sobretudo querem enfrentar a potência do dragão oriental.

Nenhuma polaridade estatal foi tão hábil na elaboração estratégica para a África quanto a China do primeiro ministro Li Peng, já nos fins da década de 1980 e no início dos anos 1990. O marco

é o dia 4 de junho de 1989, o drama da Praça da Paz Celestial e o isolamento imposto pelo Ocidente ao regime político de Pequim. Começava a conexão África-China, que tem todas as condições de ser a mais duradoura sobre todos os demais intentos de qualquer unidade estatal, mesmo dos Estados Unidos, de estabelecer bases de cooperação ativa como o renascimento africano.

A estratégia chinesa é explícita: a) exportação para a África do modelo chinês de tratamento dos temas da agenda internacional, apresentando-se como uma representante natural dos países em desenvolvimento; b) exportação de bens industriais e armas e importação de produtos primários; c) exploração de todas as fontes possíveis e necessárias de recursos minerais, estratégicos e de energia que garanta a sustentabilidade do crescimento econômico chinês. O método tático para a consecução dos objetivos é múltiplo: varia dos investimentos, dos empréstimos e das doações à cooperação técnica e tecnológica, além de exercício de cooptação política das elites africanas. O ambiente político da cooperação abraça o econômico como parte da grande engenharia estratégica que foi elaborada, empiricamente, na base do isolamento político do regime chinês, depois do evento de 4 de junho de 1989 e da solidariedade conferida pela grande maioria dos governos na África, depois de serem cortejados com recursos chineses.

Foi o primeiro-ministro Li Peng quem coordenou toda a operação de aproximação com uma das poucas regiões do mundo que não se moveram contra o massacre de jovens na China: os governos africanos. Para exemplificar, a China oferecia, em 1988, apenas US\$ 60 milhões de ajuda direta a 30 países da África, mas em 1990, depois do apoio dos governos africanos ao regime de Pequim, receberam tais países a soma de US\$ 374 milhões, para chegar aos volumes bilionários dos chineses hoje na África. Embora predominantemente econômica, a presença chinesa na África origina-se da política e seguirá tendo uma forte conotação política e estratégica. Vejam-se as palavras de Li Peng, em 12 de março de 1990, na chegada a Pequim de imensa delegação de chefes de Estados africanos:

A nova ordem política internacional significa que todos os países são iguais e devem respeitar os outros com relação a suas diferenças no sistema político e na ideologia. Eles (os países capitalistas do centro e as democracias ocidentais) não podem interferir nos assuntos domésticos dos países em desenvolvimento, especialmente avançar poder político em nome de “direitos humanos, liberdade e democracia”.³²

Livros lançados recentemente dão conta da preocupação da grande parceira comercial e política da África na Europa, que é a França, além de ser a maior investidora individual no conjunto da economia africana.³³ Há preocupações tanto na área comercial quanto na área da cooperação direta da China com regimes políticos na África que desrespeitam o capítulo dos direitos humanos. Daniela Krosiak estudou essa matéria de forma mais detalhada, com ênfase ao tema do envolvimento militar da França naquele continente.³⁴

O fato objetivo é que, desde 1990, renovando-se em 2000 com a criação do Fórum de Cooperação África-China, no qual 80 ministros de Estado africanos foram levados de Pequim à área industrial de Guandong em avião, para verem o colosso do crescimento industrial chinês, passando pela segunda edição, em novembro de 2006, do Fórum de Cooperação, além da terceira visita do presidente Hu Jintao à África, em fevereiro de 2007, a China desembarcou na África de forma estrutural. É difícil andar em qualquer rua comercial de qualquer país africano que não esteja inundada por produtos chineses. Não há capital na África sem uma obra pública imponente feita com recursos chineses. Não há infra-estrutura importante de aeroportos e estradas que não tenha uma mão chinesa.

Como à época do desenvolvimentismo, fase na qual o Brasil praticava uma diplomacia cooperativa e não-confrontacionista, a China dos últimos anos buscou a África sem truculência, violência ou presunção de superioridade, traços da diplomacia européia e norte-americana. O Brasil mesmo está tentando voltar, na nova quadra histórica do início do século XXI, como demonstram as prioridades da diplomacia de Amorim.³⁵

Em síntese, há uma África em crescente internacionalização e nada marginal. Ela está no centro de uma concorrência fortíssima de interesses e interessados de todas as partes do globo. Se os investimentos externos diretos crescem de forma consistente, oriundos tanto das grandes empresas financeiras e produtivas, é também verdade que esses investimentos estão dirigidos por certa lógica de ocupação territorial e estratégica da África por grandes potências, instituições multilaterais e influentes grupos econômicos globais ancorados em bases estatais. Nesse aspecto, o futuro estratégico do continente africano está sendo traçado de fora para dentro.

O experimento de modernização, democratização e inserção internacional na África de língua oficial portuguesa: o caso de Moçambique

Os países de língua portuguesa na África são casos interessantes para se notar o quanto o argumento central deste artigo se comprova no campo experimental. Angola cresce seu PIB anual em torno de quase 20%, um dos maiores do mundo. Cabo Verde assiste à sua internacionalização crescente, mesmo nas condições difíceis do arquipélago. São Tomé e Príncipe normaliza sua vida política e abre as portas para os investimentos na sua plataforma petrolífera. A Guiné Bissau, apesar dos problemas por que passou na última década da história, assiste a um sopro de esperança de normalização política.

Moçambique, no entanto, é o caso modelar de inserção internacional altaneira na ordem internacional do início do século XXI. É parte da África que grandes potências, instituições multilaterais e influentes grupos econômicos globais vêm revelando por meio de seus laboratórios estratégicos.

O país foi vistoriado de forma alvissareira nos relatórios de agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, em fins de 2006.³⁶ Apontam tais documentos

potencialidades econômicas únicas na quadra histórica atual do continente africano. Rejubilam-se investidores externos e nacionais pelo bom desempenho político e pelo equilíbrio macroeconômico daquela nação africana. As razões para o otimismo derivam de fatos como a democratização em ritmo mais forte do que muitos dos Estados africanos, reformas econômicas liberalizantes que criaram confiança nos mercados, crescimento do PIB na ordem de 7% nos últimos anos, inflação domada, diminuição da vulnerabilidade externa, reservas internacionais consideradas satisfatórias para uma economia modesta e acesso a financiamentos internacionais.

Mesmo quando não há comércio bilateral expressivo, Moçambique inclui-se crescentemente em périplos recentes de vários chefes de Estado, interessados em projeção internacional na África. A visita a Maputo, entre os dias 7 e 8 de fevereiro de 2007, por cerca de 24 horas, do presidente chinês Hu Jintao, é fenômeno epidérmico da corrida já não mais tão secreta em favor de uma nova partilha africana, na qual Moçambique está incluída.³⁷

Mas o que há com Moçambique, pobre economia africana, tão desigual na distribuição da renda e tão modesta estrategicamente, que a faz atrair tanta atenção? Que buscam os grandes naquele Estado de língua portuguesa, incrustado na porção índica da África, de costas para o Atlântico, diferentemente de todos os demais países que compõem, naquele continente e nas Américas, o legado complexo da expansão ultramar portuguesa?

Moçambique não é apenas um lugar da lusofonia do outro lado da África ou um dos Estados de recente independência formal, em processo tardio de consolidação de instituições e da democracia. Moçambique tampouco é apenas um país dependente economicamente e desdenhado pelas elites de Pretória, embora saiba-se que muitos sul-africanos ainda consideram o vizinho apenas sua *décima província*.³⁸

A intuição que motiva esse pressuposto é a de que Moçambique torna-se gradualmente mais uma das novas brechas abertas na África,

sob o aplauso consciente ou o silêncio distraído das suas próprias lideranças, por agentes ativos da transnacionalização econômica da última década, mas também por novas potências asiáticas, em consórcio ou não com a África do Sul, em busca de entradas preferenciais ou complementares no continente.

Ponta de concha que se inicia na China, mas que se estende por todo o Oceano Índico e chega à Índia, Moçambique poderia estar se voltando aos poucos a uma de suas antigas circunscrições, em âmbito geopolítico, econômico e mesmo cultural. Mas a história não se repete, seja em Moçambique ou em qualquer outro lugar, pois há fatores novos e causalidades contemporâneas que conferem tonalidade própria à fotografia 3x4 que apreende, ainda que sob forma reduzida, um novo Moçambique. A marcha da emergência contemporânea sino-indiana implica, necessariamente, redefinição de interesses econômicos e estratégicos na parte austral-índica da África, o que não havia acontecido na ocupação colonial e tampouco no decalque feito por governos da África dos comunismos soviético e chinês nos idos da independência.

Os vetores de poder agora são outros, bastante mais poderosos e pragmáticos. Envolto na sedução crescente da China, e também da Índia, ávido por recursos minerais, estratégicos, energéticos, mas também de portos, de produtos agrícolas e mesmo de ocupação territorial via deslocamento de populações e, até mesmo, pelo turismo, Moçambique está na berlinda.

Maputo é uma das portas com entrada facilitada na geografia moçambicana ao “corredor turístico”, como falou o presidente da China em sua recente visita ao país. Moçambique se insere, portanto, na ocupação de uma das últimas fronteiras do capitalismo mundial: o continente africano. Essa partilha não requererá um novo Congresso de Berlim. O mundo pós-Guerra Fria é mais sutil, mas não menos pragmático. Os chineses não vieram apenas para o controle de recursos energéticos, minerais e estratégicos na África. Vieram ampliar poder de barganha no cenário internacional.³⁹

Ancorada no ciclo virtuoso da economia global dos dias de hoje, na ampliação da liquidez internacional, na acumulação política positiva da década passada pós-1992 (que pôs fim à guerra civil de dezesseis anos e garantiu certa normalidade política), na transição sem traumas do governo de Joaquim Chissano (com seus dezoito anos no poder) para Armando Guebuza em 2004 e na aproximação gradual à China, Moçambique redimensiona seu lugar no mundo. Mesmo sua tradicional parceria com a África do Sul, apesar de não haver contradição intrínseca entre Moçambique “sul-africanizada” e Moçambique “asiaticizada”, está sofrendo ligeiras revisões. Nesse sentido, a geografia moçambicana articula a franja do Atlântico Sul ao Índico, constituindo-se ponto altamente favorável à sua integração ao sistema mundial.

Nessa perspectiva, pode mesmo haver complementaridade e ampliação da rede de interesse e de cooperação bilateral África do Sul-China envolvendo entrepostos e entrelopos. A Índia talvez possa vir a ocupar lugar nessa relação bilateral. Moçambique seria um bom entreposto. Os agentes das empresas públicas e privadas do triângulo África do Sul-Índia-China movem-se como novos entrelopos. Ante o redesenho estratégico da África no seu conjunto, a África Austral não seria uma exceção.

Elites econômicas e políticas moçambicanas não iriam assistir, de binóculos, a novos arranjos da *entente* Angola-África do Sul sem ajustar os graus dos seus interesses na região. Foram à busca do seu lugar e da afirmação de seus interesses. Estão gradualmente pavimentando seu próprio caminho. E a Copa do Mundo de Futebol de 2010 na África do Sul provê à imaginação lacaniana das elites de Maputo a idéia de um renascimento moçambicano nos novos tempos da África.

O balanço da evolução democrática em Moçambique é satisfatório. Não variou em relação à grande maioria dos países africanos na sua dimensão pluriétnica, na preservação do Estado territorial herdado da colonização, bem como na baixa densidade de participação da sociedade civil nas decisões e no acompanha-

mento das políticas encaminhadas pelo aparelho de Estado. De fracas a inconclusas ou deformadas, de todas as maneiras já foram metaforizadas as débeis democracias africanas. Mas o joio pode ser separado do trigo como hoje reconhecem as próprias agências internacionais.

A tênue democracia moçambicana é diferente no que se refere à capacidade de chegar a uma estabilidade relativamente engenhosa. Soube adaptar a vida política nacional aos processos de internacionalização econômica que passaram a operar no continente na última década e no início do novo século, sem perda de tempo. Moçambique buscou demonstrar ao mundo externo que é uma democracia moderna em formação e que combate os excessos gerados pela corrupção e pelo patrimonialismo.⁴⁰

A favor das elites moçambicanas - mas naturalmente estimuladas pela indução do governo de Pretória - está o fato de que lograram reconstruir o Estado, sem fragmentações fraticidas, sem pressão das diferenças étnicas, sem separatismos regionais e banindo sublevações. O espriar de uma certa idéia de Estado vem facilitando contatos internacionais e inibindo desestabilizações internas, o que já é muito para o histórico da formação do Estado no continente africano. É esse Estado moçambicano que vem permitindo o crescimento econômico continuado, o incremento dos investimentos estrangeiros e das exportações, além de certa constância nos níveis de ajuda internacional.⁴¹ Ganhou o status de “democracia eleitoral” e de país “parcialmente livre” nas classificações da *Freedom House* de 2005.⁴²

A transição da economia socialista para a versão aberta do processo econômico moçambicano vem merecendo estudos.⁴³ Poder-se-ia dizer que foi um processo inexorável diante da crise das bases socialistas de produção e da improdutiva importação de um modelo econômico sem lastro na África. Ademais, as elites políticas moçambicanas já haviam realizado certa mudança programática no seio da Guerra Fria em favor da economia de mercado. Ainda se pode argumentar que o fim da guerra civil de

dezesseis anos, em 1992, é relevante. Para outros, o ponto de partida essencial é o 1994, gerado pela África do Sul e o início da era Mandela. Creditam, tais analistas, a reconstrução econômica moçambicana à decisão estratégica de seu vizinho, a África do Sul pós-apartheid, de investir e fazer de Moçambique sua “décima província”.

Esses fatores não são excludentes, inclusive a reação esperada ante a democratização na África do Sul de Mandela e a expansão do capitalismo sul-africano para suas bordas territoriais. A África do Sul certamente resolveu fazer o seu *showcase* moçambicano para apresentar ao resto do continente. Apresentar-se às democracias recentes na África como agente modernizador animou a economia sul-africana e o regime político renovado dirigido por Mandela e Mbeki. Mas o que se notou, na prática, foi certa visão estratégica e de oportunidades que, no Estado moçambicano, foi mais endógena que exógena.

Isso não quer dizer que o desdobramento dessa abertura não tenha decorrido do ambiente internacional de disputas acirradas por mercados e por áreas de investimento, animado pelas formas de internacionalização econômica postas em marcha nos anos 1990. O fato é que o processo decisório que levou à adequação aos novos capitais e investimentos, superando as agruras de um Estado sem poupança que acumulava dívidas, foi gestado no interior do Estado moçambicano, o qual, em alguma medida, gerencia suas conseqüências.

Mas há uma emergência de estratégia moçambicana própria. Ao lado de seus vizinhos da África Oriental, é Moçambique que avança sobre os demais. O Investimento Externo Direto (IED ou FDI) acumulado de 1995 a 2004 se aproxima de US\$ 2,5 bilhões, bastante superior aos seus vizinhos, superando Quênia e Uganda.

Embora, em termos absolutos, os indicadores sociais sejam bastante lamentáveis em Moçambique, ainda hoje estando entre os mais baixos do mundo, há melhorias na rede escolar, que foi recuperada nos últimos anos. A mortalidade infantil, problema típico do desamparo social em países africanos, teve queda expres-

siva, como demonstram os dados do próprio Banco Mundial. E o mesmo se pode falar do Relatório do PNUD de 2005, ao registrar melhorias nos níveis de desenvolvimento humano (IDH).⁴⁴

Essas avaliações, contudo, não inibem a articulação do Estado moçambicano com os novos agentes econômicos internacionais e com os investimentos diversos, de fontes múltiplas. O raciocínio que alimentou o processo decisório é claro: se a pobreza e a AIDS demandam programas específicos de financiamento, eles foram criados de alguma maneira, com ou sem a cooperação internacional. Mas se os investimentos produtivos na economia em expansão podem ser feitos, devem ser feitos com os capitais de onde puderem vir. Visões pragmáticas dominaram essa dimensão do processo decisório do país.

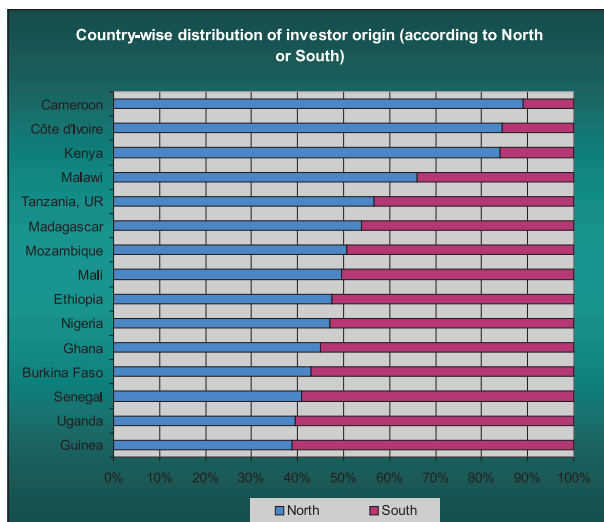
Moçambique passou a ser apresentado, em alguns fóruns econômicos, como espécie de “tigre” africano, por lembrar o caso da Ásia nas décadas de 1980 e 1990. Em 1998, foi considerada a economia que mais crescia na África. O país ultrapassou, nos últimos anos, todas as metas estabelecidas pelas instituições financeiras internacionais. Chama a atenção, todavia, o padrão das relações econômicas externas moçambicanas. Segue o modelo da relação colonial, de exportador de produtos primários e importador de bens com alto valor agregado. Esse é um ponto de preocupação para setores sociais e políticos do país, embora nem sempre de sua elite governante.

Esse ambiente de euforia econômica, no entanto, se reflete em outra característica curiosa dos investimentos externos em Moçambique: a sua origem. O gráfico I situa o perfeito equilíbrio entre os investimentos oriundos das economias centrais do capitalismo e as contribuições realizadas pelas economias do Sul, sobre a qual certamente a África do Sul tem grande peso. Esse aspecto, associado ao controle da inflação medida como meta das instituições financeiras internacionais já em 1997 (em torno de 5%) e o crescimento das exportações equilibraram o balanço de pagamentos. Também houve redução em relação ao montante da dívida, que está se estabilizando em torno de 20% do PIB em

2006. A vulnerabilidade externa daquela modesta, mas vibrante economia africana, vem se reduzindo proporcionalmente a cada ano.⁴⁵

96

Gráfico I – DISTRIBUIÇÃO DA ORIGEM DOS INVESTIMENTOS POR PAÍS NO CONTINENTE AFRICANO: SITUAÇÃO COMPARADA DE MOÇAMBIQUE



Fonte: United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), *Africa Foreign Investor Survey 2005*. Viena: UNIDO, 2006 (p. 21). (com modificações e adaptações do autor do artigo)

Sem margem de dúvida, a situação moçambicana segue a das economias mais dinâmicas da África. A diversificação de parceiros internacionais, na raiz da modernização econômica, faz de Moçambique caso no qual investidores do Sul e do Norte praticamente dividem, meio a meio, o espaço africano. Ao se avaliarem os mais importantes investidores externos em Moçambique, é também elucidativo o movimento global empreendido pelo país e pelos

capitais produtivos e financeiros internacionais. Há uma preferência, por manter certa capacidade operativa do Estado, de *joint-ventures* de empresas moçambicanas públicas com sul-africanas e européias, além das chinesas que estão aportando a Maputo e que ainda não puderam ser mensuradas inteiramente pelos dados relativos aos tempos mais recentes.

Registre-se o fato de que Moçambique está também submetido ao fenômeno da *reverse dependence*, no qual as instituições internacionais necessitam mostrar resultados em um país africano para mostrar ao mundo. Com pouco para barganhar, Moçambique tem o trunfo de que tais agências, investidores e doadores necessitam de certa eficiência e eficácia nas políticas por eles sugeridas. Resultado diverso tornaria difícil a sobrevivência desses doadores e investidores em seus próprios países.

No Fórum de Cooperação África-China, ocorrido em novembro de 2006, em Beijing, o presidente Hu Jintao ressaltou que pretende estreitar os laços com Moçambique via incremento do comércio bilateral, particularmente nas áreas já envolvidas. As vendas atuais mais importantes de Moçambique para a China são de materiais primários como o gengibre e a madeira, para a indústria chinesa. Cresce, de forma exponencial, o estímulo às empresas chinesas para que invistam em Moçambique.

A visita do líder chinês a Moçambique, no início de 2007, é prova da ênfase chinesa na porção oriental da África. O presidente Hu Jintao ressaltou que os setores de agricultura e de construção de infra-estrutura ganharam prioridade nas relações entre os dois países. Em Beijing, como em Maputo, menos de dois meses depois do Fórum em Beijing, o mandatário chinês atribuiu a Moçambique o status de “destino turístico aprovado”, uma forma de acordo bilateral no qual cidadãos chineses são liberados a visitar outros países sem a necessidade de visto de saída, embora a viagem tenha que ser realizada por agência credenciada pelo governo.

À guisa de conclusão: a África para os africanos

Mas não se traça o futuro da África apenas de fora para dentro. Os africanos estão reivindicando e construindo autonomia decisória. Buscam soluções nacionais para seus desafios na área social e da cidadania. O controle do Estado e sua orientação para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável são a boa novidade no continente.

Tornaram-se os líderes africanos refratários à noção de “fim do Estado” e de “governança global” vendidas para a África como solução mágica nos tempos de encantamento liberal generalizado, embora em menor grau do que se passou na América Latina nos anos 1990.⁴⁶ Querem falar de transição de modelo para uma forma mais logística de construção do desenvolvimento, com democracia e mais inclusão social. Passaram a operar em novas bases conceituais no pós-Guerra Fria e ante a crise geral do internacionalismo liberal.

O encerramento do grande ciclo dos conflitos abertos e militarizados internos é exemplo dessa vontade política nova de renascer e de orientar as energias para projetos mais produtivos. Engajaram-se nos programas voltados para as metas do milênio e querem modificar os indicadores sociais previstos para serem alcançados em 2015. Mas o querem fazer a partir de suas realidades e possibilidades, em parceria horizontal e não mais vertical com os velhos e novos parceiros da África.

Administrar, de dentro para fora, as ambições internacionais geradas pela “nova partilha africana” posta em marcha pelos planos estratégicos chineses e norte-americanos, mas também em alguma medida do Brasil também, exigirá dos africanos uma noção de domesticação, pela via do fortalecimento do Estado democrático e da responsabilidade fiscal e macroeconômica mais ampla, das tendências malévolas que caminham juntas com a ambição política dos Estados fortes que se organizaram para a nova corrida para a África.

Há, nesse sentido, um ambiente mais positivo. A mais importante iniciativa nesse sentido, emblemática da autoconfiança que se espalha no seio da inteligência política do continente, foi o lançamento da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), em 2001. Ao reivindicarem a capacidade de construção do seu futuro, as lideranças africanas estão atraindo para si a responsabilidade de superação do grau marginal de inserção ao qual o continente foi submetido na década de 1990. Buscar um lugar mais ativo, menos subsidiário na globalização assimétrica atual, é o argumento central do contorno do desenho estratégico que a NEPAD significa.

A NEPAD não foi feita de fora para dentro da África. Nem é onírico como o Plano de Lagos de 1980 ou limitado como o Programa Africano de Recuperação Econômica de 1986. A NEPAD tem caráter inédito, abrangente, social e cidadão, como o Plano Marshall foi para a reedificação da Europa depois da guerra. A metáfora é útil, pois NEPAD significa *African leadership and African ownership*.

O texto de lançamento fala por si, ao situar a plataforma conceitual no qual a NEPAD poderá florescer:

A África pós-colonial herdou Estados fracos e economias disfuncionais que foram agravados ainda por uma liderança fraca, pela corrupção e má-governança em muitos países. Esses dois fatores, conjugados às divisões causadas pela Guerra Fria, minaram o desenvolvimento de governos responsáveis em todo o continente.⁴⁷

O reconhecimento de que o Estado tem um papel central no desempenho do crescimento, no desenvolvimento sustentável e na implantação de programas de redução de pobreza, anotados pelos chefes de Estado na África de 2001, é ainda um sonho. Mas a dimensão utópica das novas vontades expressadas pelos africanos move a vida deles para uma nova agenda política da qual a África não poderá mais se afastar.

O Brasil, que se lança novamente para a África, por meio dos movimentos dinâmicos de sua política exterior e de uma pauta comercial de produtos diversificados e que evolui percentualmente para já representar cerca de 6% das trocas internacionais do Brasil, tem possibilidades importantes de ocupar a brecha africana. Aproveitar a dinâmica do renascimento africano e da autoconfiança que emerge lá para propor diálogo de interesses mútuos e de valores abrangentes para a nova geografia política internacional é agenda convidativa para a fronteira atlântica do Brasil. Otimismo cauteloso deve guiar o Brasil, pois há sempre chance, aqui como na África, de reverter o ciclo de retração e de desespero em favor do avanço cidadão e da esperança de uma África muito melhor ao final do século XXI.

Africa in the international order of the XXIth Century: a Brazilian interpretation

Abstract. In this article we propose new concepts on Africa's place in the international order established since the XXIth Century. The gradual progress of democracy processes in the United States, the satisfactory economic performances, along with economic growth spread in the continent, as well as the growing political confidence of the elites, have been contributing to strengthen the decision-making ability of governors among the available options in the international system which is taking shape. The Mozambique case will be used to explain the main point of this article.

Keywords: Africa. International Order. African Economy. Mozambique.

Notas

¹ Há, nesse tópico, duas linhas de interpretação que disputam hegemonia acadêmica acerca do novo papel da África no sistema internacional pós-Guerra Fria. Os que advogam em favor da adaptação sem mudanças insistem na idéia de certa reforma epidérmica, quase apenas cosmética do continente ante os novos desafios internacionais. Há a linha, na qual se inscreve este autor, que procura avaliar a hipótese de que há uma oportunidade de inserção mais altaneira, menos deprimida, da África no sistema internacional.

² Pululam, na imprensa brasileira, interpretações catastróficas das crises políticas africanas como aquelas advindas do Darfour, os problemas políticos advindos das eleições presidenciais em tradicional democracia africana como a do Quênia ou dos problemas do Zimbábue. Ver, por exemplo, as avaliações alarmistas produzidas nos primeiros meses de 2008 em grandes jornais nacionais: Mariana Della Barba, “Cinco anos de inferno em Darfour”, *O Estado de São Paulo*, 6 de abril de 2008, p. A24; Elias Thomé Saliba, “Se os crocodilos falassem... O jornalista Peter Godwin vale-se de poderosa lenda africana para analisar a tragédia do Zimbábue”, *O Estado de São Paulo*, 6 de abril de 2008, p. D5. Quando não se reproduzem, na imprensa nacional, interpretações de autores das ex-metrópoles, algumas saudosas do passado colonial, criam-se imagens de eterno e cíclico desterro das sociedades e Estados africanos contemporâneos.

³ Segundo dados de hoje do Fundo Monetário Internacional, o PIB da região cresceu de 4%, em 2003, para 5,7%, em 2004, 5,6%, em 2005, 4,8%, em 2006, com previsão de crescimento em torno de 6% para 2007. O crescimento da África foi no período mencionado, portanto, na média da América Latina e superior à média brasileira.

⁴ IMF & BIRD, *Africa Foreign Investment Survey 2006*. Washington: IMF, 2007.

⁵ Um bom estudo acerca das origens e dos desdobramentos desses conflitos está na obra de Taisier M. Ali; Robert O. Mathews, *Civil Wars in África. Roots and Resolutions*. London: Ithaca, 1999.

⁶ Os conflitos na África foram chaga da história recente com impacto econômico incontestável, como demonstra o Relatório da ONG *Oxfam, Iansã e Saferwood*, que acaba de ser publicado: US\$ 284 bilhões foi o custo para o desenvolvimento do continente causado pelos conflitos armados entre 1990 e 2005. O curioso é que essa soma corresponde aproximadamente ao valor de toda a ajuda financeira internacional recebida pela África no mesmo período.

⁷ PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano*, 2005 e 2006.

⁸ É evidente que, como um processo histórico recente, há idas e vindas na construção democrática dos Estados africanos contemporâneos. O caso recente do Quênia, considerado, até pouco tempo, um exemplo satisfatório de democratização gradual, demonstra que há reveses, mas há também negociação e sistema de pesos e contrapesos que tornam os encaminhamentos políticos não tão trágicos quanto aqueles pintados pelas visões da catástrofe africana.

⁹ A sétima visita do presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ao continente africano, entre os dias 15 e 19 de outubro de 2007, é momento recente e especial para ver o quanto, na grande imprensa, seguem os olhares enviesados e as atitudes de desconfiança acerca do que o Brasil pode realizar com a África. O desconhecimento médio de entrevistador e entrevistado é marca do que se viu nos jornais. Expressam a carência de reflexão sofisticada no Brasil acerca do que está ocorrendo naquele continente. Ver, por exemplo, o editorial “Diplomacia e Ditadura”, *Folha de*

São Paulo, 17 de outubro de 2007, bem como a entrevista, ao Correio Braziliense, do *Brazilianist* Thomas Skidmore: “Lula é um pernambucano que goza das viagens pelo mundo, e seu *tour* internacional o faz ter mais visibilidade que seus antecessores... A viagem à África é muito mais um show... O cara quer ir a todos os lugares. Algumas vezes parece que ele (Lula) deseja fugir de Brasília e dos problemas políticos.”, *Correio Braziliense*, Skidmore critica tour presidencial, 17 de outubro de 2007, p. 24.

¹⁰ Isso ocorre mesmo no contexto de forte expansão da presença comercial do Brasil na África e da África no Brasil, como demonstram os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Apesar do crescimento, de 2002 para 2006, do fluxo comercial entre o Brasil e a África de US\$ 5 para US\$ 15,5 bilhões, não se percebe uma estratégia empresarial de longo prazo a cuidar para que a presença do comercial migre para os investimentos em logística e sustentabilidade dessa área relevante para a diversificação de parcerias comerciais e políticas do Brasil. Tal crescimento se dá mais, para alguns analistas como meu colega Wolfgang Döpcke, pelo crescimento inercial da economia global e seus impactos no Brasil e na África. Mas há que se registrar, por exemplo, a nova linha de crédito anunciado pelo BNDES para Angola, em torno de US\$ 1 bilhão, na visita do presidente Lula àquele país em 18 de outubro de 2007, como um movimento altamente favorável a uma presença mais induzida pelo Brasil, pelo próprio Estado nacional.

¹¹ A produção nacional de livros a respeito da África é escassa, em geral, sem pesquisa *in loco*, além de reproduzir, em grande medida, visões românticas ou voltadas para o estudo do outro lado do Atlântico Sul apenas pela via politizada do discurso da afro-brasilidade.

¹² Ver alguns livros meus e de colegas brasileiros a respeito da política africana do Brasil, no passado e no presente: José Flávio Sombra Saraiva, *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 1996; José Flávio Sombra Saraiva & Amado Luiz Cervo (orgs.), *O crescimento das relações internacionais do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005; José Flávio Sombra Saraiva, África e o Brasil: o Fórum de Fortaleza e o relançamento da política africana do Brasil no governo Lula. In: Pedro Mota Coelho & José Flávio Sombra Saraiva (orgs.), *Fórum Brasil-Africa: Política, Cooperação e Comércio*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais (IBRI), 2004, p. 295-307; José Flávio Sombra Saraiva, A política exterior do governo Lula: o desafio africano, *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 2, 2002, p. 5-25.

¹³ Há 20 anos, estudei aquele outro intento de renascimento africano, naquela época, marcado pelo grande debate ideológico entre uma África que renascia entre acomodações aos padrões neocoloniais, sob o manto do conceito de *negritude* de Leopold Senghor, e o grito revolucionário, da *luta armada como teoria de libertação* de Amílcar Cabral. Ver José Flávio Sombra Saraiva, *Formação da África Contemporânea*, São Paulo: Editora da Unicamp/Atual, 1987, capítulo “Renascimento cultural na África contemporânea”,

p. 6-16. Ver também os debates clássicos propostos por Paulin J. Hountondji, *Sur la philosophie africaine*. Paris: Maspero, 1980; Ola Balogun, Honorat Aguessy, Pathé Diagne, Alpha Sow, *Introdução à cultura africana*. Lisboa: Edições 70, 1977.

¹⁴ Anouar Abel-Malek, *Sociologia del imperialismo*. Ciudad de México: Universidad Nacional Autonoma de México, 1977.

¹⁵ Ver o texto de Paulo Fernando de Moraes Farias (*Centre of West African Studies, University of Birmingham*, Inglaterra) preparado para o seminário preparatório dos temas africanos para a II CNPEPI, em 2 e 3 de março de 2007, intitulado “Tombuctu, a África do Sul e o idioma de renascença africana”. É Paulo Farias que lembra que “por definição, o atual idioma da Renascença Africana se refere tanto ao presente quanto ao passado, dentro e fora das fronteiras da África do Sul, o país onde tem sido proclamado”. São também de Paulo Farias outras duas idéias lapidares para o debate em curso: primeiro, “o papel dos cronistas de Tombuctu na invenção do esquema não tem sido reconhecido, porque a função que lhes é imposta pelos discursos posteriores é outra. As crônicas passaram a ser vistas sobretudo como testemunhos de uma grandeza saheliana perdida, que simboliza o futuro a ganhar. As tensões sociais e audácias intelectuais da Tombuctu do século XVII são substituídas pela imagem de um classicismo africano estereotipado”; segundo, “todo discurso de renascença corre o risco de mitificar o passado. Mas esse risco não é inevitável, e subtrair-se a ele é também uma maneira de preservar a capacidade crítica em relação ao presente e aos caminhos para o futuro”.

¹⁶ Mamadou Diawara, Paulo Fernando de Moraes Farias et Gerd Spittler, *Heinrich Barth et l'Afrique*. Köln: Rüdiger Köppe Verlag, 2006.

¹⁷ Modelar o balanço dos 30 anos da independência da África realizado por Douglas Rimmer, em 1991, com prefácio da Princesa Diana, em nome da *Royal African Society* britânico. Ver Douglas Rimmer (ed.), *África 30 Years On*. London: James Currey, 1991. Indicava já aquele documento do início dos anos 1990 que a África necessitaria voltar-se para si mesma, para dentro, para sair de suas crises.

¹⁸ Vale aqui lembrar que os mais de cerca de 600 milhões de africanos serão, na segunda metade do século XXI, em torno de um bilhão de 200 milhões de pessoas. Tomando-se em conta a grande população de velhos na China e o modesto crescimento vegetativo da Índia, a África, ao lado dos outros dois países, serão as áreas mais populosas do mundo no final do século XXI.

¹⁹ Ver os relatórios de 2006 e 2007 do BIRD e do FMI, nos capítulos referentes às oportunidades de crescimento mais sustentável das economias africanas para os próximos anos.

²⁰ Esse tema foi particularmente tratado recentemente, pela obra mais difundida acerca dos 50 anos da independência africana pelo britânico Martin Meredith, *The State of Africa: a History of Fifty Years of Independence*. London: Free Press, 2006.

²¹ *Apud* Martin Meredith, *op. cit.*, p. 688.

²² Conversas com o colega, quando estive no Brasil, como representante do PNUD e do sistema onusiano em Brasília.

²³ Ali Mazrui alertou para esse problema na abertura da Conferência Internacional “Democracy and Peace: Dialogue between Africa and Latin America”, Jos University, Ibadan University, em Abuja, 2000, conferência da qual tive a honra de participar como membro da delegação latino-americana.

²⁴ Ali Mazrui, *Foreword*. Em: Ricardo R. Lauremont (ed), *The causes of war and the consequences of peacekeeping in Africa*. Portsmouth: Heinemann, 2002, p. xi.

²⁵ Paulo F. de M. Farias, Tombuctu, *op. cit.*

²⁶ Conforme amplamente divulgado pelos meios de comunicação nos dias 18 e 19 de outubro de 2007, pelas televisões e jornais, depois de sua desastrosa entrevista para a BBC.

²⁷ Ian Taylor; Paul Williams (eds), *Africa in International Politics: External Involvement on the Continent*. London: Routledge, 2004.

²⁸ Idem, página 1.

²⁹ Ian Taylor; Paul Williams, *op. cit.*, p. 1.

³⁰ Seguindo a tradição dos ingleses de revisão, a cada duas ou três décadas, de avaliação das grandes tendências em curso na África. Destaca-se, por exemplo, o balanço de 1991, já um pouco ultrapassado, mas bastante interessante pelas visões mescladas, entre otimismo e pessimismo, acerca do futuro da África quanto aquele organizado pelo *Royal African Society*, sob os auspícios do meu mestre em Birmingham, Inglaterra, Douglas Rimmer, *op. cit.* É de Douglas Rimmer a seguinte assertiva, produzida em 1991, e de grande atualidade para o renascimento africano: “Responsible governments, competent governments, and governments limited in their agenda to what they can usefully achieve are the second requirement of a better future in África”, p. 13.

³¹ CFR, *More than Humanitarianism: A Strategic US Approach towards Africa*. Washington: Council on Foreign Relations, 2007.

³² *Apud* Ian Taylor, “The all-weather friend? Sino-African interaction in the twenty-first century” in Ian Taylor & Paul Williams, *op. cit.*, p.87.

³³ Adama Gaye, *Chine-Afrique: le dragon et l'autruche*. Paris: L'Harmattan, 2006; Jean-François Susbielle, *Chine-USA: la guerre programée*. Paris: Ed. Générale First, 2006, capítulo “La conquête pacifique de l'Afrique”, p. 231-232; Armand Tenesso, *La nouvelle destine de l'Afrique*. Paris: L'Harmattan, 2006.

³⁴ Daniela Krosiak, France's policy towards Africa In: Ian Taylor and Paul Williams, *op. cit.*, p. 61-82.

³⁵ Ver o início de avaliação desse movimento do Brasil em artigo relativo à conferência que preparei para evento anterior organizado pelo Ministério das Relações Exteriores: José Flávio Sombra Saraiva, Moçambique em retrato 3x4: Uma pequena brecha

para a política africana do Brasil. Em: Seminário Preparatório “África”, para a II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional, 2 de março de 2007.

³⁶ IMF & BIRD, *Africa Foreign Investment Survey 2005*. 2006.

³⁷ Os jornais e revistas moçambicanas e internacionais desses dias festejam ou vêm com desconfiança a estratégica visita realizada, no contexto do *tour* do presidente chinês por vários países da região. Ver: *Beijing Time* 5/2/07; *Beijing/ AFP/Turkishpress.com* 30/1/07; *Le Monde – Economie* 15/12/06; *Le Monde/ AFP/Reuters* 30/1/07; *Notícias* 8/2/07; *Notícias Lusófona* 5/2/07; *The Guardian* 31/1/07; *Xinhua News Agency* 9/2/07.

³⁸ Ver, nesse caso, o impressionante relatório preparado pelo South African Institute or International Affairs (SAIIA), publicado em 2002, intitulado *Cada continente precisa de seu Estados Unidos da América*, voltado ao balanço e endosso da presença semi-hegemônica que a África do Sul procura impor a Moçambique. Um trecho do documento fala por si: “Over the last 10 years, Mozambique, sometimes touted as South Africa’s tenth province, has emerged as one of the most significant South Africa investment destinations on the African continent. South Africa is a leading investor in that country representing 49% of total foreign direct investment (FDI) from 1997-2002. South African companies have capitalized on Mozambique’s geographical proximity to expand their reach into the continent” (p. 1) Ver GROBBELAAR, N. *Every Continent Needs an America*. Pretoria: SAIIA, 2002.

³⁹ Ver, por exemplo, os trabalhos de Scarlett Cornelissen, a respeito do avanço japonês na África, e a impressionante radiografia de Ian Taylor concernente ao desembarque do governo de Hu Jintao na África: Cornelissen, S. Japan-Africa relations: patterns and prospects. In: Taylor, Ian; Williams, P. *Africa in International Politics: External Involvement on the Continent*. London: Routledge, 2004, pp. 116-135; Taylor, I. The ‘all-weather friend’? Sino-African interaction in the twenty-first century. In Taylor, Ian; Williams, Paul, *op. cit.* p. 83-101.

⁴⁰ Esclarece-se, no entanto, que não há unanimidade entre os estudiosos da África contemporânea acerca dessa matéria. Para alguns deles, como Döcpke, o que diferencia a corrupção moçambicana da angolana é a proporção da economia. Haveria menos a distribuir em Moçambique que em Angola. (Entrevista com o especialista)

⁴¹ Olsen, C. *A luta continua: a formação do Estado em Moçambique*. Brasília: MRE, Instituto Rio Branco, 2006, p. 48. (Orientador: José Flávio Sombra Saraiva)

⁴² Ver www.freedomhouse.org.

⁴³ Um importante trabalho que consolida de forma bastante apropriada essa transição é o livro organizado por Abrahamsson e Nilson. Ver Abrahamsson, H.; Nilson, A. *Mozambique: The Troubled Transition from Socialist Construction to Free Market Capitalism*. London: Zed Books, 1995. Ver também Castel-Branco, F.; Cramer, C.; Hailu, D. *Privatization and Economic Strategy in Mozambique*. London: UNU/Wider, 2001.

⁴⁴ PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*.

⁴⁵ OECD. Mozambique. In: *African Economic Outlook 2004-2005*. London: OECD, 2006, p. 346.

⁴⁶ Ver, nesse aspecto, a proposição conceitual de Amado Luiz Cervo relativa à noção de Estado logístico, recentemente apresentado no seu novo livro: Amado L. Cervo, *Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, parte I: “Conceitos, transição e paradigmas”, p. 7-91

⁴⁷ NEPAD, documento oficial de lançamento, 2001, parágrafo 22.

Recebido em: 24/06/2008

Autor Convidado.